

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**

NOTA 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá, Mantenedora do Hospital Santo Amaro, fundada em 20/08/1956, é uma Entidade civil e sem fins lucrativos, regida por Estatuto Social, localizada à Rua Quinto Bertoldi, 40 – Vila Maia / Guarujá (SP).

Tem por objetivo manter e dirigir estabelecimento de saúde com a finalidade de prestar assistência a qualquer pessoa independentemente de cor, raça, sexo, credo político, partidário ou religioso.

NOTA 2) BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2025, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC NBC TG Estrutura Conceitual (2019), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 (R5)), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de escrituração

A Associação Santamarense, adota o regime de competência para o registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03 (R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 (R6) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;



Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá
Hospital Santo Amaro



"Obras Sociais Don Domênico"

Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

c) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

d) Estoques Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2025 é de R\$ 1.488.279,85. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.

e) Demais Ativos Circulantes

Os Demais Ativos Circulantes estão demonstrados pelo valor nominal dos títulos, representativos desses créditos, não estando sujeitos a quaisquer taxas explícitas ou implícitas de desconto por não se referir a transações de financiamento. Estão acrescidos ou reduzidos, quando aplicável, dos respectivos rendimentos ou estimativas de perdas.

f) Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição. Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear com base nas taxas admitidas pela legislação fiscal.

g) Empréstimos e financiamentos a pagar

O financiamento, captado junto às instituições financeiras, foi atualizado monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais.

h) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) Ativos e Passivos Contingentes

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Associação possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.



Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá
Hospital Santo Amaro

"Obras Sociais Don Domênico"



Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, exceto para os contingentes trabalhistas, devido ao fato que praticamente 90% dos processos em andamento serem por solicitações de pagamento de FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para os demais passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

j) Receitas e Despesas

As despesas são apropriadas pelo regime de competência, sendo registrados por notas fiscais, recibos e outras documentações de suporte.

k) Prazos

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

l) Provisão de Férias e Encargos

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

m) Provisão de 13º Salário e Encargos:



Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

n) Apuração do Resultado:

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

o) Estimativas contábeis:

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

	Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá Hospital Santo Amaro "Obras Sociais Don Domênico"	
--	---	---

Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

p) Ajuste de exercícios anteriores de 2024.

A Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá identificou as seguintes inconsistências nos lançamentos contábeis, referente ao exercício anterior onde foram corrigidos, conforme quadro a seguir:

R\$6.000,00	SERVICOS PRESTADOS CONF. NF 4 DE PEDRO H. P. DE C. TUCUNDUVA SOC. IND. DE AD- Referente a competencia de Dezembro/2024
R\$430,00	SERVICOS PRESTADOS CONF NF 1573 DE IMPAKTO PERICIAS AVALIACOES E CONSULTORI Referente a competencia de Dezembro/2024
R\$15.378,27	REF A TRANSF. APOLICE DDL CORRETORA DE SEGUROS Exercicios 2021 contabilizado apólice a maior

NOTA 4) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Está representado pelos valores de Caixa, Numerários em trânsito, Banco Conta Movimento e Aplicação em Instituições Financeiras.

	2025	2024
Caixa Geral	4.000,00	17.004.000,00
Numerários em Trânsito	-	17.000.000,00
Banco Conta Movimento	86.743,35	86.413,70
Aplicações - Renda Fixa	5.790.336,05	5.503.705,07
Total	5.881.079,40	22.594.118,77

NOTA 5) CRÉDITOS DE PACIENTES



Crédito a Receber de Pacientes é representado por convênios e faturamento SUS.

	2025	2024
Créditos de Pacientes SUS - MAC	37.941.131,74	35.361.750,94
Convênios e Subvenções Públicas	81.431.870,09	78.488.825,05
Total	119.373.001,83	113.850.575,99

NOTA 6) OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - é representado por adiantamentos e créditos a recuperar.

	2025	2024
Adiantamentos a Fornecedores de Produtos e Serviços	1.702.789,57	1.823.277,41
Adiantamentos e Créditos a Recuperar de Empregados	142.592,05	213.145,56
Total	1.845.381,62	2.036.422,97

	Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá Hospital Santo Amaro "Obras Sociais Don Domênico"	
--	---	---

Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

NOTA 7) CONTAS A RECEBER

É representado por locações de espaço físico e Parcerias com Entidades sem fins lucrativos.

	2025	2024
Aluguéis a Receber	8.662,99	9.885,11
Parceria com Entidades sem finalidade lucrativa	1.671.365,33	992.647,72
Total	1.680.028,32	1.002.532,83

NOTA 8) ESTOQUES

Os estoques estão representados:

	2025	2024
Drogas e Medicamentos	383.119,08	552.027,58
Material Uso Paciente Reembolsável	519.834,56	441.198,41
Nutrição e Dietética	135.450,22	86.685,18
Impressos e Mat. Expediente	18.717,40	19.622,50
Produtos de Limpeza	28.443,25	24.318,96
Roupas e Confecções	148.282,28	79.638,44
Materiais de Hemodiálise	152.574,45	117.625,86
Materiais de Manutenção	35.784,63	29.599,21
Nutrição Enteral e Parenteral	42.170,42	34.074,50
Material de Uso e Consumo	23.605,66	13.388,16
Total	1.488.279,85	1.398.178,80

NOTA 9) DESPESAS DE EXERCÍCIO SEGUINTES

Está representada por apropriações de seguros e contratos.

NOTA 10) INVESTIMENTO

Os Investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição e referem-se à participação na Uniced.

NOTA 11) IMOBILIZADO

O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. Os encargos de depreciação são calculados e contabilizados pelo método linear, com taxas estabelecidas de acordo com o tempo de vida útil dos bens conforme relacionado a seguir:

	2025	2024
Bens Imóveis	33.699.612,48	33.459.321,96
Bens Móveis	9.441.279,69	10.682.184,31
Bens em Comodato	8.653.693,13	6.878.061,34
(-) Depreciação Acumulada	(21.616.872,53)	(21.694.175,47)
Total	30.177.712,77	29.325.392,14

Nota 11.1) O Imóvel onde estão às instalações do Hospital Santo Amaro está sob penhora judicial do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS em função dos débitos mencionados na Nota Explicativa nº 16.

De acordo com a Lei No. 11.638/07 Deliberação CVM nº 73/2022, Deliberação CVM No. 644/2010, Resolução do CFC No. 1.177/2009 (NBC TG 01) e Resolução do CFC No. 1.303/10 (NBC TG 04), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente e periodicamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração não identificou mudanças nas circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis e concluiu por não existir necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

11.2 – Bens recebidos em comodato

Os bens recebidos em comodato para este exercício estão reconhecidos no ativo imobilizado, porem serão transferidos para um grupo separado do imobilizado tendo em vista que não há transferência de propriedade nem de controle econômico sobre esses ativos, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



Dessa forma, tais bens não integram o patrimônio da Entidade, sendo mantidos em controles administrativos e divulgados em notas explicativas, quando relevantes, para fins de transparência e adequada evidenciação.

A Entidade realiza a avaliação dos contratos de comodato quanto aos direitos e obrigações envolvidos, observando, quando aplicável, os aspectos relacionados à essência econômica das transações.

NOTA 12) FORNECEDORES

A conta de Fornecedores representa os seguintes saldos:

Tipos de Fornecedores	2025	2024
De Produtos	3.894.537,09	2.982.941,89
De Prestadores de Serviços não Médicos	1.486.848,12	1.932.199,56
De Consumo	1.222.077,84	1.335.392,68
Total	6.645.384,57	6.250.534,13

	Associação Santamarenses de Beneficência do Guarujá Hospital Santo Amaro “Obras Sociais Don Domênico”	
--	--	---

Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

NOTA 13) EMPRESTIMOS A PAGAR

A conta de Empréstimos a Pagar refere-se ao Financiamento com Instituição Financeira:

Instituição Financeira	Tipo de Operação	Contrato	Vencimento	Taxa a.m	Valor do Crédito
Caixa Econômica Federal (a)	Consignado SUS	21.4336.610.0000001-00	10/09/2022	1,68%	R\$ 23.200.000,00

(a) Liminar nº 5016338-07.2021.4.03.0000 de suspensão de pagamento de parcelas do empréstimo bancário a partir do vencimento dez/2020.

NOTA 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

É composta por Provisão de Salários a pagar, 13º Salário, Rescisões a pagar, Acordos Trabalhistas a serem cumpridos no exercício subsequente.

	2025	2024
Salários a Pagar	3.037.793,11	2.868.494,69
Rescisões a Pagar	8.164,52	16.510,62
Acordos Trabalhistas a Pagar	873.662,57	1.039.551,67
Auxílio Funeral	231.580,00	116.951,00
Repasse a Terceiros – Grêmio Rec.	422.570,50	174.002,14
Repasse a Terceiros – Odontobase	9.984,97	9.712,88
Repasse a Terceiros – APO	32.876,49	32.876,49
Repasse a Terceiros – Cantina	48.275,65	51.212,90
Repasse a Terceiros – Alvorecer	344.443,38	106.716,14
Total	5.009.351,19	4.416.028,53

NOTA 15) OBRIGAÇÕES SOCIAIS

O saldo de Obrigações Sociais é representado por valores de INSS, Contribuição Sindical, FGTS e PIS.

	2025	2024
Contribuição Sindical	108.482,73	72.842,07
FGTS (a)	10.284.554,52	6.596.701,38
PIS sobre Folha (b)	2.578.377,64	2.578.377,64
Pensão Alimentícia	13.704,92	12.651,43
INSS a Recolher – Empregados (c)	3.468.173,40	14.979.692,31
INSS Retido a Recolher PJ (d)	5.775.875,41	5.425.455,23
INSS a Recolher Autônomos (c)	33.709,00	231.572,05
Débitos Tributários – Previdência Procuradoria (e)	293.476.140,42	155.680.410,23
Débitos FGTS - Procuradoria (f)	63.880.523,71	58.461.652,00
Total	374.099.125,12	244.039.354,34

(a) Este valor representa Débitos de FGTS vencidos de Setembro/2021 a Dezembro/2025.

(b) Este valor refere-se aos débitos vencidos no período de Outubro/2015 a Março/2020. Os débitos encontram-se sob efeito Suspensivo por conta de

20

Liminar na 3ª Vara Federal de Santos Proc. nº0007951-22.2015.403.6104 de 05/11/2015.

(c) Este valor refere-se aos débitos vencidos no período de Julho/2022 a Dezembro/2025, atualizados até o dia 31/12/2025.

(d) Este valor refere-se aos débitos vencidos no período de Novembro/2008 a Dezembro/2025, atualizados até o dia 31/12/2025.

(e) Este valor representa os débitos previdenciários vencidos até 31/10/2021 questão na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, atualizados com correções de multa e juros na data de 31/12/2025.

(f) Este valor representa os débitos de FGTS vencidos questão na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN questão atualizados com correções de multa e juros na data de 31/12/2025.

Está sendo amortizadas as parcelas do Acordo Coletivo FGTS Proc. 1001017-78.2019.5.02.0302 movido pelo prazo prescricional da cobrança de 30 anos para 5 (cinco) anos.

NOTA 16) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O saldo de Obrigações Tributárias é representado por retenções de Impostos dos prestadores de serviços e empregados.

	2025	2024
COFINS na Fonte a Recolher (a)	946.379,19	4.794.612,78
CSLL na Fonte a Recolher (a)	315.746,09	1.596.656,84
PIS na Fonte a Recolher (a)	205.224,51	1.038.741,31
IRRF a Recolher – Empregados (a)	1.977.619,40	8.873.232,60
IRRF a Recolher – PJ (a)	461.901,09	2.331.362,06
IRRF a Recolher – Pessoa Física (a)	58.471,20	245.479,76
IRRF a Recolher – Locações P.F. (a)	10.490,74	47.089,84
ISS na Fonte a Recolher (b)	1.260.518,40	1.680.047,89
Débitos Procuradoria (d)	200.935.731,14	266.085.452,17
Dívida Ativa ISS (c)	46.086.725,26	42.109.603,81
Total	252.258.807,02	328.802.279,06

(a) Este valor refere-se aos débitos vencidos no período de Julho/2022 a Dezembro/2025, corrigidos com juros e multa até o dia 31/12/2025.

(b) Este valor representa Débitos de ISS vencidos no período de Janeiro/2025 a Dezembro/2025, corrigidos até o dia 31/12/2025.

(c) Este valor representa os débitos tributários de ISS vencidos até Dezembro/2022 que foram parcelados e pelo fato de não conseguirmos honrar com as parcelas vincendas, fomos excluídos dos parcelamentos. Esses débitos encontram-se em Dívida Ativa Municipal.

[Handwritten signature and initials]

(d) Este valor representa débitos tributários federais que estão em Processos Fiscais na Receita Federal e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e estão atualizados com correções de multa e juros na data de 31/12/2025.

NOTA 17) OUTRAS OBRIGAÇÕES

É representado por SABESP, Ações Judiciais e Serviços prestados não médicos pessoa física.

	2025	2024
Sabesp (a)	32.513.266,54	31.520.108,45
Ações Judiciais Cíveis	893.499,70	1.085.486,86
Serv. Prestados Pessoa Física	44.994,75	40.765,72
Total	33.451.760,99	32.646.361,03

(a) Este saldo representa débitos de contas de água do período de 04/93 a 12/2013 e 05/2015 a 12/2025, atualizados, este débito encontra-se em cobrança judicial.

As demais contas representam valores a serem pagos no ano subsequente.

NOTA 18) HONORÁRIOS MÉDICOS A REPASSAR

Honorários Médicos a Repassar – Pessoa Física e Pessoa Jurídica são representados por valores a pagar de contratos de prestação de serviço médicos vencidos e a vencer que serão pagos oportunamente.

NOTA 19) PROVISÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Este saldo está representado por provisões de férias e encargos devidos até 31/12/2025.



NOTA 20) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante está composto por valores de Convênios e Subvenções, Fornecedores, Parcelamentos e Financiamentos.

NOTA 21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2025	2024
Ações Judiciais Trabalhistas	6.736.631,60	4.911.933,46
Ações Ordinárias Cíveis	406.600,00	455.600,00
Total	7.143.231,60	5.367.533,46

Esta provisão foi constituída com base no posicionamento dos advogados em 31/12/2025.

	Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá Hospital Santo Amaro "Obras Sociais Don Domênico"	
--	---	---

Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

A constituição dessas Provisões para Contingências em Ações Judiciais Trabalhistas e Cíveis consideraram todas as ações judiciais cuja probabilidade de perda é provável e possível somente para os processos trabalhistas, pois se encontra em discussão 90% dos processos valores não recolhidos de FGTS – Fundo de garantia por tempo de serviço, sendo que a maioria dos processos surgiram no ano de 2019, devido o prazo prescricional da cobrança de 30 anos para 5 anos.

NOTA 22) PATRIMONIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do déficit ocorrido, os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

O Patrimônio Líquido está assim representado:

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO	TOTAL
Saldo em 31/12/2023.....	(499.916.094,02)	2.017.493,05	2.630.398,00	(50.513.395,26)	(545.781.598,23)
Incorporação do Resultado do Exercício	(50.513.395,26)	-	-	50.513.395,26	-
Realização da Reserva de Reavaliação	2.017.493,05	(2.017.493,05)	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.630.398,00	-	(2.630.398,00)	-	-
Déficit do Exercício (Reapresentado)	-	-	-	(27.060.562,47)	(27.060.562,47)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(545.781.598,23)	-	-	(27.060.562,47)	(572.842.160,70)
Incorporação do Resultado do Exercício	(27.060.562,47)	-	-	27.060.562,47	-
Déficit do Exercício	-	-	-	(75.200.748,23)	(75.200.748,23)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(572.842.160,70)	-	-	(75.200.748,23)	(648.042.908,93)



(22.1) A movimentação registrada na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores no ano de 2025 mencionados na Nota Explicativa nº03 item p.

NOTA 23) RECEITAS OPERACIONAIS

As receitas operacionais são apropriadas pelo regime de competência, sendo registradas pelas faturas de serviços prestados e outras documentações de suporte.

23.1) As Subvenções e Campanhas são registradas por recibos, Contratos e Termos Aditivos e outros documentos que comprovem sua exatidão, tendo sido utilizados exclusivamente para os fins a que foram destinados.

SUBVENÇÕES E CAMPANHAS 2025	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIPAIS	EMPRESAS PRIVADAS
CUSTEIO	R\$ 71.287.528,25	R\$ 39.995.954,32	R\$ 4.805.810,16	R\$ 1.015.593,80
INVESTIMENTO	R\$ 229.453,19	R\$ 17.518,32	R\$ 317.749,75	-
TOTAL	R\$ 71.516.981,44	R\$ 40.013.472,64	R\$ 5.123.559,91	R\$ 1.015.593,80



	Associação Santamarenses de Beneficência do Guarujá Hospital Santo Amaro “Obras Sociais Don Domênico”	
--	--	---

Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

23.2 Subvenções Federais – esta entidade registrou em conta de resultado os recursos utilizados oriundos do Governo Federal no montante de **R\$ 71.516.981,44** no ano de 2025, conforme NBC TG 07, conforme demonstrado abaixo:

SUBVENÇÕES E CAMPANHAS FEDERAIS	DESCRIÇÃO	RECEITA	FONTE	FINALDADE	APLICAÇÃO
Convênio nº 30/2021 - Reforma Hemonúcleo	Convênio nº 30/2021	85.769,15	FEDERAL	INVESTIMENTO	Reforma Hemonúcleo
Adequação de Layout para implantação de Leitos COVID	Convênio 016/2020	100.016,04	FEDERAL	INVESTIMENTO	Reforma Adequação Leitos UTI Covid
Aquisições de Equipamentos Hospitalares		43.668,00			Aquisição de Equipamentos
Incremento Temporário em Parcela Única	Contrato Administrativo nº 226/2024 – Termo Aditivo nº 02	4.500.000,00	FEDERAL	CUSTEIO	Incremento temporário do custeio UTI Adulto
Incremento Temporário em Parcela Única	Contrato Administrativo nº 226/2024 – Termo Aditivo nº 03	1.800.000,00	FEDERAL	CUSTEIO	Incremento temporário do custeio Cirurgias
Documento Descritivo 2024 - Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Jan/25 a Dez/25	Contrato Administrativo nº 226/2024	34.888.659,19	FEDERAL	CUSTEIO	Serviços Contratualizados SUS
Documento Descritivo 2024 - FAEC Jan/25 a Dez/25	Contrato Administrativo nº 226/2024	6.685.170,68	FEDERAL	CUSTEIO	Serviços Contratualizados SUS
Documento Descritivo 2024 - Incentivo de Adesão à Contratualização / IAC Jan/25 a Dez/25	Contrato Administrativo nº 226/2024	20.679.702,70	FEDERAL	CUSTEIO	IAC Federal Fixo + INTEGRASUS + Redes Temáticas e RUE
Documento Descritivo 2024 - Assistência Financeira Piso Salarial da Enfermagem	Lei n.º 14.434, de 4 de agosto de 2022 - Emenda Constitucional Nº 124, de 14 de julho de 2022	442.690,12	FEDERAL	CUSTEIO	Complemento folha de pagamento piso enfermagem
Indenização Avaliação MAC - Ago/23 a Jul/24	Convênio nº 13/2021	2.291.305,56	FEDERAL	CUSTEIO	Custeio conforme Plano Operativo Conv. Nº 13/2021 Ago/23 a Jul/24
Total Subvenção Federal		71.516.981,44			

23.3 Subvenções Estaduais – esta entidade registrou em conta de resultado os recursos utilizados oriundos do Governo Estadual no montante de R\$ 40.013.472,64 no ano de 2025, conforme NBC TG 07, conforme demonstrado abaixo:

	Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá Hospital Santo Amaro “Obras Sociais Don Domênico”	
--	---	---

Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

SUBVENÇÕES E CAMPANHAS ESTADUAIS	DESCRIÇÃO	RECEITA	FONTE	FINALDADE	APLICAÇÃO
Doação de Equipamento Para Maternidade	Secretaria do Estado de São Paulo	7.518,32	ESTADUAL	INVESTIMENTO	1 Cadeira de Rodas
Incremento Temporário em Parcela Única	Contrato Administrativo nº226/2024 - Termo Aditivo nº02	300.000,00	ESTADUAL	CUSTEIO	Incremento temporário do custeio UTI Adulto
Tabela SUS Paulista	Contrato Administrativo nº226/2024	39.695.954,32	ESTADUAL	CUSTEIO	Complementação para assistência à saúde aos usuários do SUS/SP.
Total Subvenção Estadual		40.013.472,64			

23.4) Subvenções Municipais – esta entidade registrou em conta de resultado os recursos utilizados oriundos do Governo Municipal no montante de R\$5.123.559,91 no ano de 2025, conforme NBC TG 07, conforme demonstrado abaixo:

SUBVENÇÕES E CAMPANHAS MUNICIPAIS	DESCRIÇÃO	RECEITA	FONTE	FINALDADE	APLICAÇÃO
Reforma de Hemodinâmica + UTI	Convênio nº 009/2020	05.764,50	MUNICIPAL	INVESTIMENTO	Reforma Hemodinâmica + UTI
Reforma adequação Leitos UTI COVID	Convênio 026/2020	68.421,15	MUNICIPAL	INVESTIMENTO	Reforma adequação Leitos UTI Covid
Reforma Maternidade	Recursos Municipais (Santa Casa II 2011 e 2012 e IAC Municipal Variável 2011)	143.564,10	MUNICIPAL	INVESTIMENTO	Reforma Maternidade
Documento Descritivo 2024 - Incentivo da Rede Municipal de Saúde	Contrato Administrativo nº226/2024	4.805.810,16	MUNICIPAL	CUSTEIO	Incentivos Municipais e Cateterismo Municipal
Total Subvenção Municipal		5.123.559,91			

23.5) Subvenções Empresas Privadas – No exercício de 2025, da Empresa ELEKTRO no valor de R\$1.015.593,80, referente ao desconto de 50% no consumo de energia elétrica.

23.6) Doações – são registradas por recibos ou notas fiscais, sendo classificados por recebimentos de pessoas Físicas e Jurídicas;

- a) **Em Materiais de Uso e Consumo** - No Exercício de 2025, a Entidade recebeu doações em Materiais de consumo no valor de R\$ 2.014.261,84, os quais foram contabilizados a débito de Estoque de Materiais e a Crédito de Doações Particulares, em Doações
- b) a) **Em dinheiro** - No Exercício de 2025, a Entidade recebeu doação de terceiros no valor de R\$ 121.828,57 os quais foram contabilizados a débito de Banco Santandere a Crédito de Doações de pessoa jurídica, em Doações.

23.7) Imunidades Previdenciárias Usufruídas – Em atendimento ao que prevê o decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023 que regulamenta a Lei Complementar No 187 de 2021, são demonstrados a seguir, os valores relativos as imunidades usufruídas, como se devido fosse gozada durante o exercício de 2025e 2024.

IMUNIDADES USUFRUÍDAS		
Descrição	2025	2024
COFINS Faturamento 3%	3.698.248,76	4.256.356,60
Cota Patronal 20%	10.810.894,09	10.326.700,82
RAT/SAT 2%	1.071.751,27	1.021.916,69
Outras Entidades 5,8%	3.108.078,67	2.963.558,43
Total	18.688.972,79	18.568.532,54

23.8) Receitas Operacionais– No exercício de 2025 o valor de R\$ 494.769,40, referente as receitas abaixo:

Descrição	2025	2024
Recebimentos de Ações Judiciais	-	24.293.966,85
Materiais Recicláveis	640	-
Receitas Locações	12.085,56	-
Recebimento de Premiação	1.000,00	-
Juros e Correção Monerária		304.931,27
Total	13.725,56	24.598.898,12
Juros e Correção Monerária	481.043,84	304.931,27

O valor recebido no montante de R\$ 24.293.966,85, no exercício de 2024, corresponde a parte do crédito executado referente ao Processo: 1038797-81.2019.4.01.3400, não representando a totalidade da ação.

A comprovação da origem e extensão do crédito pode ser verificada diretamente nos autos do processo:

- Processo: 1038797-81.2019.4.01.3400
- Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
- Órgão julgador: 22ª Vara Federal Cível da SJDF
- Data de distribuição: 20/11/2019

O referido processo encontra-se em fase de execução, com saldo remanescente substancialmente superior ao valor já levantado, ultrapassando, conforme apuração nos autos, o montante de R\$ 70.000.000,00.

23.9) As despesas com serviços de terceiros no exercício de 2025 corespode montntade no valor de R\$ 16.578.793,63, estão compostas conforme quadro a seguir:

Descrição	2025	2024
Serv.Diversos Pessoa Fisica	350.541,57	323.376,63
Serv. Diversos Pessoa Juridica	1.676.417,40	1.451.233,73
Despesas com Serviços Prestados EBGs Empresa Brasileira de Gestão em Saúde Ltda.	7.275.917,33	-
Despesas com Serviços Prestados - Nilo e Almeida Advogados e Associados.	7.275.917,33	-
Total	16.578.793,63	1.774.610,36

Em relação as despesas geradas na prestação de serviços advocatícios, geradas no exercício trata-se de:

- O percentual de 30% incide sobre os valores efetivamente recebidos até o momento, exercício de 2024;
- Não houve quitação integral dos honorários;

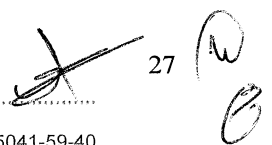
Vale lembrar que conforme contrato formalizado o escritório continuará percebendo 30% sobre o saldo remanescente da execução, conforme evolução do recebimento.

Assim vale lembrar que se trata de remuneração proporcional e sucessiva, vinculada ao êxito financeiro do processo.

NOTA 24) INCERTEZA RELEVANTE DE CONTINUIDADE OPERACIONAL

2025 caracterizou-se como o pior dos piores anos vividos pela ASBG, na luta pelo equilíbrio financeiro e da melhora da qualidade que pretendemos ofertar à população de Guarujá. O sangramento financeiro provocado pelas consequências danosas das atitudes agressivas que o último Secretário de Saúde, da última gestão municipal, tomou contra o HSA, afundou ainda mais as nossas contas, aumentando significativamente o déficit financeiro. Vale lembrar que fomos surpreendidos com a chegada desse Secretário de Saúde que, afirmando que o HSA recebe muito pelo que faz, trouxe de volta o clima de intranquilidade administrativa, pois deixamos de contar com a sensibilidade do Executivo Municipal e passamos a ser execrados pelo novo Secretário de Saúde, que através de infundadas afirmações tenta criar uma narrativa negativa da atuação administrativa do HSA, trazendo de volta a desconfiança que nos deixava temerosos quanto à continuidade da operação hospitalar do Hospital Santo Amaro.

A primeira ação agressiva contra nossa Instituição foi o não pagamento de R\$ 3.792.516,01 (Três milhões, setecentos e noventa e dois mil, quinhentos e dezesseis reais e um centavo), referente à cota que o HSA teria direito, nos termos da Portaria GM/MS Nº 96 de 07/02/23 que regulamentou a Lei Complementar nº 197 de 06/12/22, qual divide o valor de R\$ 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de reais) entre as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de todo o Brasil. Tal ato, injustificado, ensejou a propositura de uma ação judicial contra a Secretaria de Saúde (Mandado de Segurança – processo nº 2328961-38.2023.8.26.0000) que, em fase de julgamento no Tribunal de Justiça, procurou trazer justiça, com o recebimento dessa verba tão importante para nosso equilíbrio no exercício.



Apesar deste primeiro embate o ano transcorreu com salários pagos pontualmente e apesar de todas as dificuldades que podem ser acrescentadas ao acervo histórico de uma instituição filantrópica 100% SUS, um expressivo avanço na oferta e na qualidade dos serviços prestados e a manutenção dos compromissos assumidos perante os colaboradores. Certo, como já afirmado, que nosso principal problema é o desequilíbrio Financeiro causado pela defasagem do montante pago via contratualização com o Gestor Municipal.

A segunda ação agressiva do Executivo Municipal, foi a diminuição do valor pago pela "Fonte 1", de responsabilidade municipal. O valor que havia sido acrescido pelo Estado de São Paulo, através da festejada Tabela SUS Paulista – TSP, foi integralmente descontado do pagamento municipal.

O breve relato, a seguir, esclarece, em detalhes, o triste caminho ao qual o HSA foi direcionado, em função das maldosas atitudes do Executivo Municipal:

Breve Histórico sobre a chegada da Tabela SUS Paulista – TSP

Data: 29/02/2024



- 1 – Recebíamos exatos R\$ 1.165.256,20 no Programa "Mais Santas Casas".
- 2 – Operávamos com um déficit mensal de R\$ 1.490.054,39.

CONTRATUALIZAÇÃO	
Financiamento x Custos	PLANO OPERATIVO - 2023/24
Subtotal	9.104.515,45
MAIS SANTAS CASAS - Recurso Estadual	1.165.256,19
TOTAL DOS RECURSOS	10.269.771,64
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	11.759.826,03
DÉFICIT APURADO MÊS	(1.490.054,39)

- 3 – A TSP extinguiu o Programa "Mais Santas Casas".
- 4 – A TSP trouxe a possibilidade de recebermos R\$ 3.190.631,53 (que é nosso teto), acrescentando R\$ 2.025.375,33 ao nosso faturamento.
- 5 – Com a chegada da TSP, a SecSau, unilateralmente, e, sem qualquer negociação, retirou, dos pagamentos que fez, durante os últimos 07 anos, o valor de R\$ 3.119.430,42, que é o resultado dos seguintes cortes:

1- IAC (verba Municipal)

CONTRATUALIZAÇÃO			
Financiamento	PLANO OPERATIVO - 2023/24	TERMO ADITIVO Nº07	CORTE
INCENTIVOS MUNICIPAIS	ANTERIOR	ATUAL	
	3.461.805,81		

	Associação Santamarensense de Beneficência do Guarujá Hospital Santo Amaro "Obras Sociais Don Domênico"	
--	--	---

Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

		864.995,04	(2.596.810,77)
IAC MUNICIPAL	AMTERIOR	ATUAL	CORTE
CONSULTAS EM ESPECIALIDADES	R\$ 88.820,00	R\$ 104.995,04	R\$ 16.175,04
PROCEDIMENTOS EM MEDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	R\$ 162.780,00	R\$ -	-R\$ 162.780,00
INTERNAÇÃO EM ESPECIALIDADES	R\$ 1.786.948,77	R\$ 650.000,00	-R\$ 1.136.948,77
INTERNAÇÃO EM UTI E UCI	R\$ 1.153.257,04		-R\$ 1.153.257,04
ONCOLOGIA CIRÚRGICA	R\$ 40.000,00		-R\$ 40.000,00
COMPLEXO MATERNO-INFANTIL	R\$ 120.000,00		-R\$ 120.000,00
IAC VARIÁVEL	R\$ 3.351.805,81	R\$ 754.995,04	-R\$ 2.596.810,77
IAC FIXO	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ -
TOTAL INCENTIVO MUNICIPAL	R\$ 3.461.805,81	R\$ 864.995,04	-R\$ 2.596.810,77

2- MAC (verba Federal)

CONTRATUALIZAÇÃO			
Financiamento	PLANO OPERATIVO - 2023/24	TERMO ADITIVO N°07	DIFERENÇA
COMPRA DE SERVIÇOS - MAC (COM UTI)	3.043.242,24	2.520.622,59	(522.619,65)

MAC	ANTERIOR	ATUAL	CORTE
Média Complexidade Ambulatorial - Procedimentos de Urgência/Emergência Sangria Terapeutica	R\$ 115.927,95	R\$ 115.693,45	-R\$ 234,50
Alta Complexidade Ambulatorial - Procedimentos Eletivos - Quimioterapia	R\$ 652.559,93	R\$ 329.639,00	-R\$ 322.920,93
Internações em Especialidades	R\$ 1.077.339,18	R\$ 877.874,96	-R\$ 199.464,22
Total			-R\$ 522.385,15

- 6 – Perfazendo um corte total de **R\$ 1.094.055,09**, nas verbas anteriormente destinadas ao HSA.
- 7 – Comparando-se as verbas recebidas pela TSP e descontadas pela SecSau, ambas parecem iguais. Isso não é verdade!
- 8 – A TSP retirou do HSA (extinção do “Mais Santas Casas”) o valor de **R\$ 1.165.256,20** e remeteu **R\$ 3.190.631,53**, ou seja, acrescentou somente **R\$ 2.025.375,33**.
- 9 – Como a SecSau descontou mais de **R\$ 3.119.430,42** das verbas que já enviava, nos impôs um prejuízo de **R\$ 1.094.055,09** mensais a mais no nosso orçamento que, somados ao nosso notório déficit mensal (item 2) impõe ao HSA um déficit mensal de cerca de **R\$ 2.584.109,47**.
- 10 – Esse déficit mensal nos impõe um prejuízo irrecuperável em nossa operação, o que nos obrigará a tomar medidas drásticas, em breve.

2025 – NOVO GOVERNO MUNICIPAL – A decepção continua.

Com a promessa do atual Governo de que tentaria rever a situação caótica deixada pelo Governo anterior, passamos 2025, esperançosos, por algo que até agora não ocorreu. Alegando dificuldades financeiras herdadas do Governo anterior, o atual Governo, nada fez para melhorar nossas relações financeiras, sequer voltando ao patamar que existia antes das atitudes do último Secretário de Governo do Governo Anterior.

Sob um clima tenso, terminamos o ano sob ameaças de paralisação de Equipes Médicas, em função de atrasos nos pagamentos dos honorários.

Ainda imersa nessa falta de recursos suficientes para a manutenção dos serviços ofertados ao SUS, a “Santamarenses” conseguiu trilhar passos importantes para a manutenção dos serviços ofertados à população carente de Guarujá e Região.

Novamente, à exemplo do que acontece nos últimos 10 anos, encerramos 2025, como o Hospital que mais internou SUS em todo o litoral do Estado de São Paulo.

REGRESSÃO ADMINISTRATIVA - A volta da incapacidade de recolher o FGTS.

Com o patrimônio líquido negativo, já há alguns anos, a ASBG, não conseguiu, neste ano, através de seu malabarismo financeiro, honrar seu compromisso, de recolhimento do FGTS. Este foi o impacto imediato nos cortes financeiros impostos pela Secretaria da Saúde, na sua já fracassada tentativa de negociatas escusas com a transferência de Serviços praticados pelo nosso hospital, para uma OS instalada às pressas num hospital de periferia.

A MANUTENÇÃO DOS PAGAMENTOS DO ACORDO JUDICIAL PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA ACUMULADA DO FGTS.

Entretanto, o pagamento das parcelas do acordo para pagamento da dívida do FGTS não recolhido, segue sendo cumprido, seguindo, assim o HSA, honrando a dívida acumulada ao longo de muitos anos sem o seu devido recolhimento.

"HSA 100% SUS" – Uma bandeira defendida a todo custo. (obtido em 17/12/2019 – Portaria do Ministério da Saúde, nº 3.527.

Fruto de inúmeras adaptações, o HSA conquistou esse status, através da viabilização dos objetivos estabelecidos e alcançados o HSA galgou o status de “100% SUS” – Programa do Ministério da Saúde que incrementa valores ao montante MAC (Média e Alta Complexidade). Inicialmente calculado em cerca de R\$ 358.233,72 mensais, esta verba será, juntamente com os resultados pretendidos no programa “Hospital de Ensino”, capaz de levar o HSA ao tão almejado equilíbrio financeiro.

TABELA SUS - O necessário reajuste de valores e repactuação da Contratualização dos Serviços prestados ao SUS.

Assinando, sob protesto, a última contratualização, na modalidade CREDENCIAMENTO, fomos, mais uma vez prejudicados, pois, apesar de ultrapassarmos os tetos estabelecidos pelo Município e Estado, nunca fomos ressarcidos pela produção executada a maior. Sucessivas promessas de aumento de teto e compensações nunca foram cumpridas por ambos os Entes.

O equilíbrio na Contratualização dos Serviços SUS, prestados ao Município, é fundamental para que a ASBG consiga honrar com suas obrigações perante a RFB, INSS, FGTS etc. Apesar de todos os esforços, o patrimônio líquido negativo, resultado de sucessivos déficits segue pondo em risco a continuidade do serviço prestado à população. A Entidade vem trabalhando no sentido de reverter essa situação de descontinuidade e equacionar a estrutura do patrimônio líquido, com o esforço para obtenção de recursos, redução de despesas gerais, busca de maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades.

Exemplo local da crise que se abate sobre os hospitais brasileiros, o HSA segue como a principal ferramenta da Saúde Pública de Guarujá, uma cidade permeada por bolsões de pobreza que caracterizam a condição social da maioria dos usuários que se socorrem do HSA através desse sistema de saúde pública nacional, que absorve agora, 100% dos serviços prestados neste Hospital Filantrópico do Guarujá.

Ainda sem as certidões negativas, desde sua exclusão do PROSUS, em 2016, conseguimos, a manutenção do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente e Assistência Social, sem o qual nossa existência estaria totalmente inviabilizada.

Os trabalhos de consolidação da parceria privada seguem positivamente, através da locação de espaço, venda de serviços, diminuição de custos e, com o aumento do faturamento SUS, via o Programa 100% SUS que aumentou em 20% (vinte por cento) em média, esse faturamento. Operando em suas próprias instalações, desde Maio de 2022, a UNOESTE, em parceria com a ASBG, no sentido de ambas direcionarem, em conjunto, seus esforços no sentido de tornar o HSA um Hospital de Ensino. Com essa iniciativa, a mantenedora do HSA, pretende, inicialmente, melhorar a qualidade do atendimento SUS, através da constante presença dos alunos e professores em suas unidades de internação, fato que dará um verdadeiro “up grade” na qualidade da assistência médica dedicada ao SUS. E, financeiramente, nosso objetivo é, diretamente: ganho com a presença de alunos na fase de Internato, onde será cobrado uma renda “per capta” e, indiretamente: alçar o HSA à condição de Hospital de Ensino.

CONTROLE DE CUSTOS E AUDITORIA MUNICIPAL

A necessidade de obtermos mais aporte de verbas do Governo Municipal, nos levou a solicitarmos uma Auditoria patrocinada pela Municipalidade, afim de demonstrarmos todos os nossos esforços no sentido de mantermos os serviços, mesmo recebendo abaixo do custo dos mesmos.

Em 90 dias, a Auditoria foi realizada, elaboraram um Relatório que foi entregue ao Executivo em 09.12.2016. até o momento, não temos ciência do teor desse relatório.

Inúmeras propostas de redução de custos foram analisadas e, algumas, já, em fase de implementação, como a retomada da gestão do laboratório, constituem a rotina de um hospital de que tenta sobreviver com recursos abaixo do seu custo.

Os reflexos da austeridade imposta aos controles dos custos, os números nos demonstram, a intensa atenção destinada à diminuição do custo hospitalar.

Folha de Pagamento:

Seguindo a linha adotada desde 2017, e diante do grande volume de empregados que pedem demissão, voluntariamente, optamos por restringir as substituições, obrigando os Gestores a aperfeiçoarem a mão de obra de que dispunham.

A terceirização do serviço de higienização, apesar do aumento do custo financeiro, nos proporcionou a diminuição do quadro e conseqüente recolhimento indireto dos impostos demais encargos sociais que incidem sobre a folha de pagamento. Problemas como faltas, dispensas por períodos de gravidez etc, foram suprimidos com essa terceirização.

Contratos Médicos:

Mais um ano difícil para o Hospital e seu Corpo Clínico, foi marcado pelo atraso no pagamento de algumas equipes em função da falta de verba extra para o pagamento do 13º salário, o que obrigou a Mantenedora a priorizar este pagamento, em detrimento do pagamento de algumas equipes que seguem acumulando crédito contra a Instituição.

Chegamos ao final de 2025, com inúmeras ameaças de paralisação, devidos aos atrasos impostos pela insuficiência de verbas necessárias.

Convênios e a Parceria com Grupo Privado:

Com a parceria com a empresa Casa de Saúde do Guarujá- Hospitais Don Domênico, demos um importante passo para a modernização das instalações e reformas na área física da Santamarense que, por conta da sua eterna falta de recursos, via seu patrimônio deteriorar-se, impedida de qualquer ação, por absoluta falta de verba para tal. Cumprindo com o instituído em contrato, foram inauguradas as novas instalações (reformadas e adaptadas ao atendimento privado) do Pronto atendimento, do 4º e 5º andar agregando valor ao patrimônio da Santamarense. A nova fachada do prédio principal trouxe o impacto necessário, junto à população, para a diferenciação dos serviços SUS dos prestados pela iniciativa privada. Foram investidos mais de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) nas reformas desses espaços e da fachada do prédio principal. A transmissão da gestão das atividades de saúde suplementar a iniciativa privada ocorreu em fevereiro/2018, fato que proporcionou, de imediato, uma economia de custos com a folha de pagamento na ordem de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). No intuito de preservar a carteira de planos de saúde, patrimônio da instituição, tão seriamente comprometido pelas dívidas, partiu para essa parceria comercial que foi implantada na exploração das atividades comerciais privadas dentro das instalações da ASBG. Sem dinheiro para investimentos e completamente afundado em dívidas, essa parceria trouxe, para a ASBG, a grande possibilidade de manter as instalações em boas condições e, também, manter a média do faturamento que essa atividade vem proporcionando. A diminuição significativa do custo na manutenção dos serviços privados, com a manutenção o recebimento, também é aspecto animador, pois, diante de um valor fixo recebido do ente público, quanto menor forem o gasto, melhor as condições de aproveitamento desse numerário.

Gestão:

A profissionalização da gestão hospitalar tem sido um objetivo constante na administração do HSA. Principalmente nas relações técnicas com a Prefeitura Municipal de Guarujá, nosso hospital tem obtido grandes avanços nas correções dos valores dos procedimentos ofertados através da Contratualização dos serviços SUS. Nossa equipe técnica, cada vez mais qualificada, teve ainda o apoio dos Projetos de Qualificação: Empresa capacitadora Associação dos



Associação Santamarensense de Beneficência do Guarujá
Hospital Santo Amaro

“Obras Sociais Don Domênico”



Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual “Decreto 43.929 de 06.04.1999” Utilidade Pública Municipal “Lei nº 863 de 23.09.1966”

Voluntários da Saúde – AVS em parceria com a ANAHP: PDL- Programa de Desenvolvimento de Lideranças para otimização, redução de custos e propostas de melhorias. Atualmente estamos participando do Projeto Lean nas Emergências – PROADI SUS- com objetivo de reduzir os riscos à saúde de pacientes e profissionais do setor em unidades hospitalares acometidas pelo problema da superlotação e aumento de oferta de serviços através da otimização dos fluxos de atendimento utilizando a metodologia Lean Healthcare.

Ameaça Real à continuidade da operação:

A inadimplência de impostos e encargos sociais é, ainda, o grande obstáculo que pode por em risco a manutenção da continuidade da operação hospitalar do HSA, haja vista que a não apresentação de certidões negativas desses dois órgãos são medidas restritivas à contratualização com o Poder Público, nosso único contratante. Tampouco, a falta dessas certidões põe em risco a manutenção do CEBAS, certificado imprescindível para a manutenção da Filantropia, se, a qual não conseguirá levar adiante nosso propósito.

Dívida com o FGTS:

Conseguimos continuar avançando no pagamento do acordo judicial para quitação da dívida acumulada com o FGTS dos colaboradores, foi o grande avanço que merece registro. Conseguimos dar sequência ao acordo firmado e honramos até agora o montante de R\$ 10.443.641,20 (dez milhões quatrocentos e quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e um e vinte centavos) recolhidos desde 30/03/2021, data da assinatura do acordo judicial. Esse acordo foi obtido após intensas negociações com o Sindicato da Categoria Majoritária, que aceitou o desafio de intermediar junto à 2ª. Vara do Trabalho de Guarujá, as tratativas que culminaram no acordo que garantiu o direito dos trabalhadores de não perderem o direito de receber o total do montante devido, conforme previu um acórdão do TST.

Como a Caixa Econômica Federal, não desconta esses valores dos seus registros e, como os pagamentos são feitos mediante guias, em nome dos colaboradores e referindo os períodos devidos, seremos obrigados a iniciar, administrativamente, o processo de desconto desses pagamentos que, se não atendido, redundará numa discussão judicial.

Dívida acumulada com a RFB:

Permanecem ainda as dívidas gigantescas com a Receita Federal do Brasil, na parte previdenciária, SABESP e o passivo trabalhista, que, aliados à incapacidade financeira de composição, submetem a instituição a uma perigosa possibilidade de solução na continuidade de seus serviços. Apesar dessas deficiências, o HSA vem mantendo seu atendimento à população de Guarujá e região.

Os cortes nas verbas pagas pela PMG, agravaram, em muito essa situação crítica, que ameaça a continuidade das atividades deste hospital. A exclusão do PROSUS foi o primeiro grande marco negativo desse período, pois esse programa nos trouxe a capacidade de obtermos certidões positivas com efeito de negativas e de manter o patrimônio da instituição ileso diante da gigantesca dívida acumulada por falta de pagamento dos tributos federais. Ainda sofrendo as consequências da queda das receitas nos anos anteriores, permanecemos inadimplentes quanto ao recolhimento dos tributos federais, exigência fundamental para a manutenção do hospital contratualizado perante os órgãos públicos.



Associação Santamarensense de Beneficência do Guarujá
Hospital Santo Amaro

“Obras Sociais Don Domênico”



Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual “Decreto 43.929 de 06.04.1998” Utilidade Pública Municipal “Lei nº 863 de 23.09.1966”

A TABELA “SUS PAULISTA”, A SALVAÇÃO DAS SANTAS CASAS E FILANTRÓPICOS E A GRANDE ESPERANÇA DO HSA E A RETALIAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL.

Em 2024, o Governo do Estado de São Paulo, sensibilizou-se com a penúria financeira em que vivem esses hospitais e promete aproximar o montante que atualmente paga através do “Programa Tabela SUS Paulista” aos custos que arcam para manter o atendimento à população. Uma tabela de remuneração baseada na produção e com valores que chegam a até quatro vezes os valores hoje praticados pela tabela SIGTAP, prometendo trazer a nossa tão sonhada estabilidade financeira, pois, segundo estudos prévios, chegaremos a ter um superávit financeiro, o que nos proporcionará a capacidade de honrar com o pagamento de impostos que hoje não são recolhidos e que colocam anualmente esta Administração, sob suspeita da prática do crime de apropriação indébita. Reportando-nos ao tão caótico com que iniciamos esta Nota Explicativa, o então Secretário de Saúde, do governo anterior, realizou cortes no montante direcionado ao HSA, sob a simples alegação de que estamos recebendo muito pelo que ofertamos. Sem qualquer embasamento econômico ou financeiro essas alegações não passam de falácias que, se materializaram, sendo alvo de intenso combate por parte desta Administração que não medirá esforços para atingirmos o nosso tão sonhado equilíbrio econômico/financeiro. Como já dito acima, o atual Governo, descumprindo o prometido em campanha eleitoral, alega ter herdado um passivo gigantesco do governo anterior, o que o impede de estancar essa “hemorragia” financeira a que estamos submetidos.

HOSPITAL DE ENSINO:

Objetivo estratégico maior desta administração, transformar o HSA, num HOSPITAL DE ENSINO, trata-se da grande conquista que nos levará ao nosso objetivo maior: A ESTABILIDADE FINANCEIRA! Trata-se de um longo e trabalhoso caminho de credenciamento. Muito precisa ser feito, desde a adaptação de espaços físicos, implantação de novas rotinas e, principalmente, a criação de uma nova mentalidade, de caráter educacional. A criação de um ambiente acadêmico, trará ao HSA, uma elevação na qualidade do atendimento do usuário SUS. Alguns estágios já foram alcançados: **1. A Parceria com uma Instituição de Ensino:** Nossa frutuosa parceria com a UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista, nos dá o apoio necessário para que o HSA sirva de Campo de Estágio para o Internato dos Alunos do Curso de Medicina desta Faculdade. **2. A RESIDÊNCIA MÉDICA:** Fator imprescindível para a requisição do status de Hospital de Ensino, o HSA, segue ofertando as Residências Médicas nas seguintes especialidades: ANESTESIOLOGIA, CLINICA CIRÚRGICA, CLINICA MÉDICA, GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, OFTALMOLOGIA, ORTOPIEDIA, PEDIATRIA e VASCULAR. **3. CURSOS DE PRÁTICA EM ESPECIALIDADES MÉDICAS - ESTAGIOS:** Criado recentemente, este curso visa ofertar Campo de Estágio à imensa massa de alunos egressos das inúmeras faculdades instaladas na Baixada Santista e tornar-se uma excelente opção de renda para a ASBG. Em parceria com o Instituto Don Domênico, estes alunos pagam uma mensalidade cujo montante é revertido em atividades em prol do HSA.

NOTA25) SERVIÇOS PRESTADOS AO SUS

Os serviços prestados ao SUS estão contratualizados através do Contrato Administrativo nº 226/2024, Aditivivos nºs 01, 02 com sua vigência de 05 (cinco) anos.

FINANCIAMENTO	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº226/24 TA 02
BLOCO PRODUÇÃO MAC	MAC MENSAL



Associação Santamarensense de Beneficência do Guarujá
Hospital Santo Amaro

"Obras Sociais Don Domênico"



Utilidade Pública Federal 61.000 de 13.07.1967 Utilidade Pública Estadual "Decreto 43.929 de 06.04.1999" Utilidade Pública Municipal "Lei nº 863 de 23.09.1966"

CONSULTAS ESPECIALIZADAS	R\$	30.169,30
MEDIA COMPLEXIDADE	R\$	151.361,92
URGÊNCIA	R\$	192.959,76
ALTA COMPLEXIDADE	R\$	448.690,43
INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADES	R\$	1.056.580,05
DIÁRIAS DE UTI/UCI	R\$	842.602,50
TOTAL MAC	R\$	2.722.363,96
TOTAL TABELA SUS PAULISTA TETO ATUAL (Ref. junho/2025)	R\$	3.290.752,80
INCENTIVOS -SISMAC		
		MENSAL
INTEGRA SUS	R\$	39.443,41
INCENTIVO HOSP FILANTROPICOS	R\$	80.295,30
	R\$	16.059,06
	R\$	78.320,15
	R\$	68.693,65
	R\$	51.957,00
	R\$	283.049,94
HOSP 100% SUS	R\$	359.416,66
LEITO GESTANTE -GAR TIPO 1	R\$	74.460,00
RUE - LEITOS DE UTI ADULTO E PED.	R\$	158.310,72
REDE CEGONHA UTI	R\$	70.360,32
REDE CEGONHA UCI	R\$	16.425,00
PORTA DE ENTRADA REDE DE URG	R\$	300.000,00
REDE ALYNE UCI	R\$	11.497,50
REDE ALYNE UTI	R\$	19.710,00
REDE DE URGENCIA UTI 2025	R\$	175.900,80
TOTAL INCENTIVOS FEDERAIS	R\$	1.803.899,52
TOTAL FAEC ESTIMADO	R\$	600.000,00
TOTAL PISO DA ENFERMAGEM	R\$	122.049,26
TOTAL INCENTIVO MUNICIPAL-HEMODINAMICA E CONSULTAS	R\$	400.484,18
TOTAL GERAL	R\$	8.939.549,72

Cálculo dos Atendimentos 2025 - Portaria GM nº 834/2016

Internação:	Total de Internação	Paciente dia	Percentual de Internação
Pacientes SUS:	12.410	73.422	100%
Total da Internação	12.410	73.422	
Ambulatório:	Total de Atendimentos	Percentual de Ambulatório	
Pacientes SUS:	349.282	10%	

(Handwritten initials and signature)

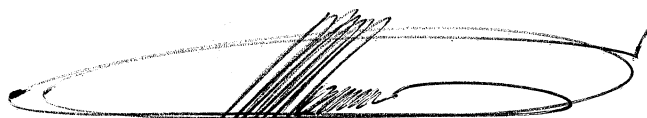
Total Ambulatório	349.282
Calculo Geral de Atendimento para a Filantropia	
Internação:	100,00%
Ambulatório:	10,00%
Atenção Obstétrica e Neonatal	1,50%
Atenção Oncológica	1,50%
Atenção às Urgências e Emergências	1,50%
Total	114,50%

NOTA26) FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

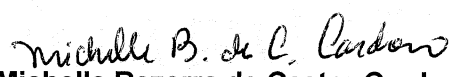
A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

Guarujá (SP), 31 de Dezembro de 2025.


Urbano Bahamonde Manso
Diretor Presidente da
Associação Santamarense de
Beneficência do Guarujá


Evanusa Dantas de Oliveira Silva
1ª Diretora Tesoureira da
Associação Santamarense de
Beneficência do Guarujá
Rg.11.733.088CRA SP nº109973


Michelle Bezerra de Castro Cardoso
Contadora
CRC 1SP 220627/O-3